

Considerando as relações regionais brasileiras na clínica comportamental

Considering the Brazilian regional relations in the behavioral clinic

Jandilson Avelino da Silva¹

[1] Universidade Federal de Pelotas (UFPel) | **Título abreviado:** Regionalização da clínica comportamental brasileira | **Endereço para correspondência:** Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Colegiado de Psicologia, Avenida Duque de Caxias, 250, Fragata, Cep 96030001 - Pelotas, RS | **Email:** jandilson.silva@ufpel.edu.br | **doi:** doi.org/10.18761/vecc11112022

Resumo: As relações regionais no Brasil se dão de forma desequilibrada, refletem-se nas interações sociais e nas construções identitárias e, desse modo, precisam ser consideradas dentro dos processos psicoterapêuticos. Ainda que alguns temas socioculturais tenham sido inseridos na discussão dessas práticas clínicas, o local de origem dos clientes tem sido pouco considerado. Portanto, compreendendo o tamanho continental do Brasil, as enormes diferenças culturais entre suas diferentes regiões e as relações historicamente estabelecidas de poder entre elas, este estudo teórico pretende por meio de uma revisão narrativa da literatura discutir sobre a necessidade da regionalização da prática clínica comportamental do país. Nesse sentido, regionalizar significa dar ênfase aos aspectos culturais regionais compreendendo as identidades minoritárias resultantes das interações entre as regiões. Se tomará como referência as relações desiguais entre o Nordeste e as demais regiões do país, como forma de elucidar essa proposta. Assim, para tanto, propõe-se que as relações entre a perspectiva psicológica clínico-social da *Green FAP*, o conceito de interseccionalidade, e o modelo avaliativo ADDRESSING, em conjunto, possam auxiliar nesse processo de regionalização das questões psicológicas no processo clínico.

Palavras-chave: Análise do Comportamento, psicologia clínica, *green FAP*, interseccionalidade, ADDRESSING.

Abstract: Regional relations in Brazil are unbalanced, are reflected in social interactions and identity constructions and, therefore, need to be considered within psychotherapeutic processes. Although some sociocultural themes have been included in the discussion of these clinical practices, the clients' place of origin has been little considered. Therefore, understanding the continental size of Brazil, the enormous cultural differences between its different regions and the historically established relations of power between them, this theoretical study intends, through a narrative review of the literature, to discuss the need for the regionalization of the behavioral clinical practice of the country. In this sense, regionalizing means emphasizing regional cultural aspects, including minority identities resulting from interactions between regions. The unequal relations between the Northeast and the other regions of the country will be taken as a reference, as a way of elucidating this proposal. Therefore, it is proposed that the relationships between the clinical-social psychological perspective of Green FAP, the concept of intersectionality, and the ADDRESSING evaluative model, together, can help in this process of regionalization of psychological issues in the clinical process.

Keywords: Behavior Analysis, clinical psychology, green FAP, intersectionality, ADDRESSING.

Nota do autor

Agradecimentos especiais a minha terapeuta Talita Marchetti, que mesmo sendo sudestina, de forma muito acolhedora e delicada me fez perceber o quanto as questões trazidas nesse texto me são importantes e valorosas, e ao meu grupo de colegas de trabalho/psicólogues e amigas queridas "CURADORIA", que além do incentivo, debates, e leitura cuidadosa e crítica do texto, compartilham comigo as dores e as deliciosas experiências de ser Nordestino.

As variáveis socioculturais podem estar associadas às demandas clínicas, do mesmo modo que influenciam os comportamentos das psicólogas e dos psicólogos, acentuando ou ocultando questões importantes dentro do processo psicoterapêutico (Borges et al., 2009; Hays, 1996; Hays, 2007; Hays, 2008). Elementos estruturais do machismo, da LGBTfobia, do capacitismo, do racismo e até mesmo da xenofobia refletem-se e precisam ser considerados e gerenciados nas interações terapeuta/cliente, visto que muitas das questões psicológicas das pessoas que buscam por tratamento podem estar relacionadas a sua constituição identitária (Borges et al., 2018; Dutra, 2004; Laurenti & Lopes, 2022; Machado Neto & Araujo, 2020; Mizael et al., 2022; Navarro & Ramírez, 2008).

Neste sentido, muitas discussões a respeito da inserção dos aspectos culturais na clínica psicológica têm sido inseridas nos últimos anos, em suas diferentes perspectivas de atuação. Contudo, mesmo considerando a contundente importância desses temas, estas discussões têm se restringido, na maioria das vezes, aos âmbitos de raça e gênero (Araújo et al., 2022; Engelmann & Kuch, 2022; Fazzano et al., 2022; Orlandi & Reis, 2022; Padilha et al., 2022; Silva et al., 2022; Siqueira & Siqueira, 2022; Souza et al., 2022; Valério et al., 2022; Zin et al., 2022).

A região de origem é um aspecto que ainda precisa ser mais destacado nas discussões teóricas e práticas da psicologia clínica (Navarro & Ramírez, 2008), visto que este pode ser um fator importante na produção das singularidades e consequentemente dos processos psicológicos que podem ser afetados pelas relações sociais (Dantas, 2016; Knobloch, 2015; Lechner, 2007; Martins-Borges, 2013; Pussetti, 2010). Este aspecto se torna ainda mais importante no âmbito do Brasil, um país que possui estrutura continental, com diferentes regiões de características culturais particulares que abarcam diversidades geográficas, alimentares, linguísticas, bem como históricas, relacionadas aos diferentes modos de ser e estar no mundo de sua população (Cardoso & Muzzeti, 2007; Lima, 2011).

Desta forma, este estudo tem como objetivo discutir teoricamente sobre a necessidade da regionalização da prática clínica comportamental do país, metodologicamente por meio de uma revisão narrativa da literatura, para a qual se buscou

estudos a partir dos termos “psicologia clínica”, “clínica comportamental”, “regionalismo”, “região de origem”, “relações regionais no Brasil”, “xenofobia”, “Green FAP”, “Interseccionalidade” e “modelo ADDRESSING”, inseridos de forma individual e conectados. As presentes reflexões consideram as diferenças socioculturais entre as regiões brasileiras tal como as relações de poder historicamente estabelecidas entre elas (tomando como exemplo, as relações desiguais entre o Nordeste e as outras regiões) e a construção das identidades minoritárias que são produto dessas interações estabelecidas.

Esse debate a respeito da inserção das questões envolvidas no local de origem na psicoterapia se fundamentará na relação entre perspectivas já postas e discutidas na literatura. São elas a *Green FAP* (Fideles & Vandenberghe, 2014; Kuratani et al., 2022; Peron et al., 2007; Tsai et al., 2009; Watrin & Canaan, 2015), a interseccionalidade (Almeida et al., 2021; Hirata, 2014; Kyrillos, 2020; Rodrigues, 2013; Rios et al., 2018), e o modelo ADDRESSING (Hays, 1996; Hays, 2007; Hays, 2008; Yakushko et al., 2009). Acredita-se que considerar essas perspectivas, em conjunto, possa auxiliar nesse processo de envolvimento e validação das questões psicológicas identitárias regionais importantes para o desenvolvimento da clínica comportamental brasileira.

Justificativas para uma clínica psicológica regionalizada

As recentes discussões sobre capacitismo, gênero e principalmente sobre racismo têm sido importantes para despertar atenção sobre outras diferenças sociais, como as resultantes das relações entre regiões de origem das pessoas. Compreender esse aspecto, como um elemento que pode também auxiliar na compressão do funcionamento humano, pode ser importante e necessário (Amaral & Lins, 2021; Borges & Noleto, 2022; Wolfrum, 2003).

Regiões menos desenvolvidas do Brasil, como o Nordeste, têm sofrido rotineiramente com a estruturante exclusão e instituição do preconceito em detrimento a outros lugares. O Nordeste tratava-se, na verdade, de uma área do Norte chamada semi-árido, caracterizada por grandes secas e por imagens repetidas de messianismo e cangaço que ao longo do tempo construíram estereótipos de lou-

cos, fanáticos, primitivos e violentos em relação aos seus habitantes. A região Nordeste passa a ser chamada dessa forma pela primeira vez em 1920 por órgãos oficiais do país, e foi finalmente classificada com essa nomenclatura em 1940 pelo IBGE (Albuquerque Júnior, 2011; Santos-Fuser, 2020; Vieira, 2010).

Historicamente, alguns marcos situacionais específicos podem ter contribuído para isso. As elites da região Nordeste perderam importância econômico-política com a queda do cultivo de cana-de-açúcar, que era a principal atividade de exportação do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Além disso, entre os séculos XIX e XX, os discursos eugênico-naturalistas afirmavam que esta região seria mais apropriada para os negros e que os brancos deveriam migrar para o Sul do país (Albuquerque Júnior, 2011; Alves, 2018; Cavalcanti, 2011; Santos-Fuser, 2020; Vieira, 2010). De certa forma, o preconceito contra o Nordeste e seus advindos tem determinadas raízes na estruturação do racismo, e na história de escravização do Brasil, considerando que ainda é a região menos favorecida economicamente e a que possui a maior quantidade de pessoas pretas e pardas do país (Aguiar, 1988).

Vale salientar ainda que, a saída da nordestina e nordestino por causa da seca da região colaborou ao longo do tempo para o aumento da mão de obra barata que dá base ao desenvolvimento de outras regiões do Brasil. Porém, chegando nos grandes centros urbanos dessas outras regiões essas pessoas se tornaram tão ou mais vulneráveis, permanecendo da mesma forma sem acesso à água, à infraestrutura sanitária, além disso, à segurança alimentar, elementos inerentes à inicial disposição de deixar a região e conseqüentemente a sua identidade. Desse modo, a ideia mais tradicionalmente estereotipada das nordestinas e nordestinos como refugiadas/dos ambientais precisa ser substituída pela ideia das nordestinas e nordestinos como imigrantes econômicos, já que são destituídas/dos de direitos específicos nesse processo de mudança regional (Pacífico & Gadêncio, 2014; Rosaneli et al., 2021).

Além da política e da economia, outras agências de controle estão envolvidas no surgimento e na manutenção do preconceito contra o Nordeste ao longo do tempo (Alves, 2018; Cavalcanti, 2011). Nesse sentido, de forma explícita, e/ou indireta

(por meio de microagressões), os indivíduos que partem do Nordeste pelas mais diferentes razões, geralmente passam por uma série de violências psicológicas. De certa forma, estas violências podem dificultar suas constituições como pessoas diante do mundo de uma forma mais saudável (Lopes & Silva, 2019).

As regiões historicamente mais desenvolvidas do país tem pautado padrões de comportamentos que são exigidos aos demais, mesmo que de forma sutil. Como outros demarcadores sociais das minorias, ser do Nordeste pode gerar nos indivíduos uma maior sensibilidade a rejeição no que diz respeito às suas relações com pessoas de outros lugares do país (Souza, 2010). E esse é um fator que pode ter grande influência no processo clínico em psicologia.

Dando suporte a essa questão, a análise do comportamento sugere que quaisquer comportamentos sejam selecionados nos níveis filo e ontogenéticos, bem como no nível cultural. Nesse sentido, o pertencimento a determinados lugares pode atuar como pista contextual discriminante para determinados comportamentos do indivíduo em suas relações, ao mesmo tempo que se relaciona também consigo mesmo. Para tanto, as relações de opressão na história estabeleceram esses contextos e as agências de controle social fizeram seu papel de manutenção do *status quo* (Skinner, 1981; Skinner, 1953/2003).

O advento da Pandemia do COVID-19 possibilitou uma ampliação maior dos contatos clínicos entre as diversas regiões do país, e este foi um momento crucial para despertar reflexões de diferentes tipos, envolvendo muitos e distintos fatores que até então, pareciam não ter grandes influências no processo psicológico (Bittencourt et al., 2020; Rodrigues & Tavares, 2016). Ainda que as questões regionalistas já sejam discutidas de forma mais ampla em outras áreas como na antropologia e na sociologia, e até mesmo na psicologia social, na psicologia clínica parece ainda não terem sido inseridas, principalmente na clínica comportamental (Monteiro Neto, 2014; Souza, 2018).

Como cliente e como terapeuta, ser nordestina e nordestino pode significar uma menor consideração por si mesmo nas relações, na medida em que os padrões comportamentais sudestinos, principalmente em termos linguísticos, são valorizados

zados e exigidos (Silva, 2021). É preciso destacar a imensa escassez (ou mesmo ausência) de reflexões e estudos acadêmicos que tratem dessas questões de forma geral e muito menos de um modo mais direto/objetivo. Contudo, algumas observações podem ser realizadas.

Algumas características fenotípicas da nordestina e do nordestino podem ser encontradas, e entre esses principais demarcadores estão os diferentes sotaques e expressões linguísticas da região. Estes, são produto da mistura dos dialetos indígenas, africanos e europeus, resultante das diversas invasões sofridas, basicamente europeias, influenciadoras também da formação de peculiaridades idiomáticas da região (Angelo, 2016; Galhardo, 2007; Hoepfner, 2018).

Escutar o sotaque nordestino já faz com que brasileiros de outras regiões possam fazer, mesmo que automaticamente, uma série de juízos de valor sobre a pessoa que está falando (Silva, 2021). Geralmente, essas avaliações põem a nordestina e o nordestino em posições hierárquicas menores, já que são feitas diversas associações negativas à figura da nordestina e do nordestino. Porém, as vezes são disfarçadas por adjetivações consideradas positivas, mas que possuem de toda forma uma função de minorizar também o indivíduo de alguma forma (Liebl, 2008; Souza, 2022).

Exemplo disso, é quando pessoas de outras regiões dizem que acham “fofo” e/ou “bonito” o sotaque do Nordeste. De certa forma, isso promove, mesmo que de maneira implícita, pelos termos utilizados, a infantilização da nordestina e do nordestino; tornando-a uma pessoa menor que precisa de cuidados ou que não tem condições cognitivas suficientes para se colocar no mundo (Silva, 2021).

Do mesmo modo, insere-se nesse contexto a ideia de “neutralidade” do sotaque, em relação a exigência direta ou indireta de seguir sotaques padrões, principalmente nos meios midiáticos. O sistema de opressão leva as pessoas do Nordeste a eliminar seu sotaque o mais rápido possível, enquanto o contrário não ocorre (Silva, 2021). Pessoas de outras regiões com os sotaques padrões moram por longos períodos no Nordeste e conseguem manter o sotaque e outras formas de falar próprios de seus lugares de origem, visto não existir esse senso de ameaça que as nordestinas e os nordestinos expe-

rimentam quando estão em outras regiões. Além disso, a fala coerente, criativa, e/ou inteligente de uma nordestina e de um nordestino relacionada a qualquer assunto é tomada com surpresa, pois a expectativa das pessoas de outras regiões é sempre de que o sotaque do Nordeste esteja ligado a discursos pobres, simplistas e “não inteligentes” (Ramos et al., 2015; Souza et al., 2017).

Um outro exemplo de microagressão às pessoas do Nordeste, que deve ser considerada, trata-se das questões climáticas dessa região em detrimento as outras. É muito enfatizado em outras regiões o fato do Nordeste ser mais seco e quente. “Simpaticamente” pessoas de outras regiões perguntam sempre a nordestina e ao nordestino, quando ele está fora de sua região, em uma região de temperaturas mais baixas, se ele já está acostumado com o frio. Quando essa pergunta ocorre repetidas vezes, parece que está ocorrendo algum tipo de discurso disfarçado, no qual os indivíduos estão lembrando a nordestina e ao nordestino que ali não é o seu lugar, dizendo implicitamente que lugares frios não o pertencem. Ou mesmo quando verbalizam que as pessoas do Nordeste passam seus dias apenas pegando sol na praia, sinalizando a ideia de que a nordestina e o nordestino não trabalham, ou se o fazem, que o fazem “pouco” (Mendes, 2021). Esse mecanismo é semelhante aos relatados por Kilomba (2019) quando trata das políticas espaciais descrevendo sua experiência como uma mulher preta vivendo na Alemanha “branca”, na qual tinha que responder muitas vezes de onde era, pois ela “não poderia ser alemã”.

Além desses, existem muitos outros exemplos de como essas relações são estabelecidas entre a nordestina e o nordestino com as demais regiões como associá-las/los com a/o boba/bobo ou engraçada/engraçado, rindo do que está sendo falado sem que se esteja fazendo uma piada, relacionando o sotaque a algo engraçado; ou ainda associar o seu jeito/ espontaneidade com falta de educação; desvalidar suas falas, quando uma outra pessoa de outra região diz o mesmo, mas é feito referência a esse outro e não à nordestina e ao nordestino; supor que a nordestina e o nordestino não compreendem determinados assuntos, como por exemplo arte, economia e política; supor que a nordestina e o nordestino são mais lentos e por isso julgá-las/

los em suas ações como ocorrendo em um ritmo inadequado, inclusive no âmbito do trabalho, não acatando nem respeitando suas falas e direcionamentos nos momentos em que ela/ele acharem mais próprio; surpreender-se quando a nordestina e o nordestino se vestem bem, de forma considerada “elegante”; supor que se ganha menos, ou que se deveria ganhar menos dinheiro por ser nordestina/nordestino (Mendes, 2021).

Uma clínica comportamental comprometida e realmente relacionada com suas epistemologias básicas, que consideram a cultura como um dos tripés de explicação para os comportamentos, há de considerar as questões histórico-sociais que estão postas nas relações entre terapeuta e clientes de diferentes regiões do país (Skinner, 1981; Skinner, 1953/2003). E nesse sentido, essas questões precisam ser evocadas e validadas ao longo do processo psicológico. Como todas as outras questões de minoria que coexistem nas relações de opressão que são refletidas no setting terapêutico, o regionalismo precisa ser considerado e trabalhado, em oposição a ideia de psicólogas e psicólogos neutros, o que não faz sentido para a psicologia analítico-comportamental.

Na prática, isso significa sempre investigar no processo clínico de onde o indivíduo é, e o quanto que isso influencia na forma dele se comportar e de se relacionar com o mundo, considerando os aspectos socioculturais que possam diferenciar o terapeuta do cliente (Nery & Costa, 2008). Deve-se analisar as relações estabelecidas entre eles, também, na perspectiva de suas regiões de origem. Além disso, o terapeuta precisa validar as questões trazidas por seu cliente nesse sentido, acatando e valorizando suas dores resultantes do processo de opressão que pode existir entre as regiões (Dantas, 2016; Knobloch, 2015; Lechner, 2007; Martins-Borges, 2013; Pussetti, 2010). Perspectivas contemporâneas da psicologia clínica têm proposto a possibilidade da declaração dos valores ético sociais nos processos psicoterapêuticos, seja por causa das próprias convenções éticas profissionais ou pela dada importância disso nos desfechos dos tratamentos clínicos (Kuratani et al., 2022; Tsai et al., 2009; Watrin & Canaan, 2015).

Cabe ao terapeuta evocar essa discussão nas sessões, inclusive destacando as diferenças regionais que podem se refletir de forma automática no comportamento de opressão do próprio terapeuta

em relação aos seus clientes, a depender de sua região de origem. É preciso estar sensível para a identificação de padrões comportamentais do cliente para lidar com os contextos em que os elementos minoritários regionais aparecem, como: a submissão, a inferiorização, insegurança, ocultação de sua identidade ou de características que o levem a isso, a imitação dos padrões para ser mais bem aceito, a diferenciação/discriminação, o isolamento, ou comportamentos de compensação, como se provar mais inteligente/capaz/apto/trabalhador para se manter em determinados espaços (sentindo-se na obrigação de se demonstrar melhor do que outros) (Dantas, 2016; Knobloch, 2015; Lechner, 2007; Martins-Borges, 2013; Pussetti, 2010).

Desse modo, um terapeuta que não esteja atento as questões identitárias e territoriais pode reiterar preconceitos e aprofundar o sofrimento da/do cliente. Para lidar com essas questões, o terapeuta precisa desenvolver um repertório de leitura contextual amplo das demandas clínicas que envolva os aspectos sócio-históricos e culturais (Fideles & Vandenberghe, 2014; Kuratani et al., 2022; Peron et al., 2007; Tsai et al., 2009; Watrin & Canaan, 2015). Nesse sentido, os principais desafios estão na formação em Psicologia clínica, no que se refere aos possíveis diálogos com outras campos da própria Psicologia, como a Psicologia social, e com outras áreas relacionadas as ciências sociais. Na análise do comportamento, esse diálogo ainda é extremamente incipiente tanto em termos teórico-epistemológicos quanto em termos metodológicos e práticos/aplicados (Gouveia et al., 2020; Loureiro, 2011; Moleiro & Gonçalves, 2010).

Uma proposta que pode orientar e dar suporte para esse trabalho de inserção das questões socioculturais no processo terapêutico comportamental, principalmente no âmbito das questões relativas as relações regionais sugeridas nessa presente discussão, é a vertente da terapia analítica funcional (FAP) chamada de “*Green FAP*” (Fideles & Vandenberghe, 2014; Kuratani et al., 2022; Peron et al., 2007). Essa proposta pode dialogar, dados seus devidos ajustes e adaptações transculturais, com o conceito/método da Interseccionalidade (Almeida et al., 2021; Hirata, 2014; Kyrillos, 2020; Rodrigues, 2013) e com o modelo de análise clínica ADDRESSING (Hays, 2008; Yakushko et al., 2009).

A Green FAP, a interseccionalidade e o modelo ADDRESSING: Ferramentas para a consideração das relações regionais na clínica comportamental

A *Green FAP* trata-se de um importante movimento de inserção das políticas verdes, as quais se estruturam em ideologias relacionados à consciência e justiça social, à sustentabilidade e aos modelos alternativos de democracia, incentivando a atuação na FAP como uma ferramenta de transformação social. Sua fundamentação na prática psicológica comportamental preconiza uma intervenção na qual declara-se de modo explícito ou não, os valores pessoais do terapeuta. Esse aspecto é inserido no processo clínico com o intuito de elevar o nível de consciência social da relação dentro do processo psicoterapêutico. Isso é crucial para o tratamento clínico ampliado das queixas, relacionando-as aos sistemas de desigualdade da sociedade, implicados no acesso a direitos sociais (Fideles & Vandenberghe, 2014; Kuratani et al., 2022; Peron et al., 2007; Tsai et al., 2009; Watrin & Canaan, 2015).

Nesse sentido, um modelo *Green FAP* inclui na análise clínica os chamados Sociopolíticos (SP1 e SP2), que podem ser emitidos por terapeutas ou clientes, e se agregam aos Comportamentos Clinicamente Relevantes (CCRs) de uma prática clínica em FAP tradicional. Assim, os SP1 seriam os comportamentos que ocorrem dentro e fora da sessão que reforçam relações de poder e privilégios e o SP2 seriam as melhoras terapêuticas que os reduzem, aumentando o acesso a reforçadores importantes para os indivíduos pertencentes a grupos não-dominantes (Kuratani et al., 2022).

Por sua vez, a interseccionalidade, que surge tanto como conceito quanto como método de compreensão social, pode ser um aparato importante para orientação e apoio do trabalho em *Green FAP*, na medida em que defende que uma análise mais precisa da estrutura social demanda a combinação entre eixos de opressão/sistemas de subordinação. A interseccionalidade coloca que os diferentes eixos que compõem o sistema de opressão nas relações entre os grupos sociais, existem e operam de forma articulada, influenciando-se mutuamente, buscan-

do, assim, aproximar-se de toda a complexidade teórico-prática que envolve as relações de poder apresentadas pelo tecido social.

Por meio da crítica ao colonialismo, ao sexismo e ao racismo, discussões promovidas principalmente por intelectuais ativistas do feminismo negro de diversas partes do mundo, a interseccionalidade propôs inicialmente uma leitura social que considerasse as associações entre os sistemas de opressão que envolvessem classe, gênero e raça (Collins & Bilge, 2020). Partindo dessa ideia, outros fatores sociais também passaram a ser considerados como sistemas de subordinação interligados e relevantes à análise social, a depender do contexto (Almeida et al., 2021; Hirata, 2014; Kyrillos, 2020; Rodrigues, 2013; Rios et al., 2018). Contudo, esses elementos ainda não foram nomeados suficientemente de forma objetiva.

Uma tentativa de fazer uma listagem inicial desses fatores que pode complementar a triangulação inicial da interseccionalidade pode ser observado no modelo ADDRESSING. Esse modelo foi estruturado pela psicóloga comportamental Pamela Hays para auxiliar o terapeuta a expandir suas conceituações unidimensionais de identidade para uma compreensão das influências culturais complexas e sobrepostas que formam cada um dos indivíduos (Hays, 1996; Hays, 2007; Hays, 2008; Yakushko et al., 2009).

O ADDRESSING permite que os terapeutas reconheçam e entendam melhor as influências culturais como uma combinação multidimensional de idade, deficiências adquiridas e de desenvolvimento, religião, etnia, status socioeconômico, orientação sexual, herança indígena, origem nacional e gênero. Daí o acrônimo que o nomeia, elaborado pela junção das iniciais de cada um dos fatores que inicialmente foram pré definidos como orientadores da compreensão dos sujeitos em sua complexidade sócio cultural (Age, Developmental and acquired Disabilities, Religion, Ethnicity, Socioeconomic status, Sexual orientation, Indigenous heritage, National origin, and Gender) (Hays, 2008; Yakushko et al., 2009).

Diferente das concepções tradicionais sobre psicoterapia com diversos clientes, que tendem a se concentrar no trabalho realizado a partir de modelos elaborados com base em um único grupo étnico

específico, esse modelo aborda as complexidades culturais na prática terapêutica, apresentando um roteiro que pode ser usado para pessoas de quaisquer identidades culturais. Atualmente, esse modelo trata ainda sobre a avaliação transcultural de problemas psicológicos, psicoterapia com pessoas que vivem na pobreza e relacionamentos complexos em comunidades rurais e minoritárias (Hays, 1996; Hays, 2007; Hays, 2008; Yakushko et al., 2009).

A proposta da *Green FAP* aliada ao conceito de interseccionalidade, complementado por elementos metodológicos do modelo ADDRESSING, podem conversar entre si no sentido de propor uma análise clínica mais complexa, que auxilie a dirimir as desigualdades sociais (Fideles & Vandenberghe, 2014; Kuratani et al., 2022; Peron et al., 2007; Tsai et al., 2009; Watrin & Canaan, 2015). Inicialmente esse diálogo pode colocar luz sobre as minorias e seus somatórios de opressões, e posteriormente pode servir de base para intervenções contextualmente mais conscientes e mais completas em psicoterapia (Almeida et al., 2021; Fideles & Vandenberghe, 2014; Hays, 1996; Hays, 2007; Hays, 2008; Hirata, 2014; Kuratani et al., 2022; Kyrillos, 2020; Paixão Junior, 2022; Peron et al., 2007; Rios et al., 2018; Rodrigues, 2013; Tsai et al., 2009; Watrin & Canaan, 2015; Yakushko et al., 2009).

A conexão entre essas propostas pode contribuir para fundamentar uma análise do comportamento clínica regionalizada, que de forma semelhante a uma clínica racializada, considera as relações de poder que estão estabelecidas entre os grupos na sociedade (no caso da raça entre brancos e pretos). Assim, devem ser destacadas no processo clínico, as opressões sofridas pelo grupo minoritário, por este ser o grupo que se constitui por meio de exclusões, e consequentes sofrimentos e dores relativos as suas tentativas de adaptação e inserção social.

Portanto, no caso específico da consideração da região de origem nos processos clínicos comportamentais, as relações regionais do Brasil devem ser observadas em termos históricos e atuais mais gerais, bem como no que se refere a estruturação da própria área da Análise do Comportamento no país. As associações, a literatura e grande parte dos principais eventos analítico comportamentais brasileiros não são representativos em termos regionais.

As discussões do país, com poucas exceções, ainda se restringem, de forma mais contundente, as regiões sudeste e sul; e este aspecto reflete-se no contexto clínico. Isso pode ocasionar uma falsa ideia de padronização sudestina/sulista dos profissionais e/ou dos clientes que não acione a necessidade de considerar as relações regionais na sua constituição como pessoa dentro de um processo clínico.

Contudo, uma clínica comportamental comprometida com sua essência epistemológica deve respeitar e considerar todos os aspectos socio-histórico-culturais relacionados as particularidades dos indivíduos. Nisso, se inclui as diversas disposições locais do país, bem como suas relações estabelecidas, fazendo-se necessária a regionalização dos processos clínicos comportamentais brasileiros, na qual se valorizem as características culturais regionais de clínicos e de clientes, compreendendo-as como produto de um processo histórico que envolve poderes e opressões.

Considerações finais

Este estudo pretendeu dar destaque a inserção da discussão sobre as relações estabelecidas entre as diferentes regiões do país no contexto clínico. Considerando que outros temas relevantes dentro do processo de interação que envolve diferentes grupos sociais minoritários já têm sido discutidos de alguma forma, mesmo que de modo discreto, como raça e gênero, percebeu-se a necessidade de dialogar sobre a importância de considerar o local de origem como fator importante para o processo psicoterapêutico.

A proposta analítico comportamental, em termos filosóficos, indica a necessidade de observação dos comportamentos respeitando os mais variados elementos contextuais discriminantes que possam nos dar informações sobre as suas funções particulares. Nesse sentido, ela propõe que além das questões biológicas e psicológicas individuais, as características sociais sejam levadas em consideração.

Assim, uma prática clínica comportamental não pode deixar de associar seus processos avaliativos e interventivos a história de origem das pessoas; ainda mais no Brasil, onde temos uma vasta gama de regiões muito diferentes culturalmente, bem como

além disso, se tem uma longa história de relações de submissão, minorização e consequente preconceito em relação a algumas delas. Por isso, um destaque maior no texto para as relações estabelecidas entre as demais regiões do país e o nordeste.

Com isso, não se desconsidera o fato de que relações semelhantes (como do norte do país com as demais regiões) ou outros tipos de relações que se estabelecem dentro das mesmas regiões possam ser discutidas dentro do processo clínico comportamental. As próprias relações entre o interior e a cidade grande podem ser suficientes para gerar uma série de componentes comportamentais influenciadores das interações do indivíduo com o meio.

Dessa forma, sugeriu-se uma interligação entre *Green FAP*, interseccionalidade e o modelo ADDRESSING como base para a construção de compreensões mais amplas, e na medida do possível, mais complexas, que são necessárias ao terapeuta e aos seus clientes, no que diz respeito ao processo clínico comportamental. A competência clínica também se refere ao desenvolvimento da sensibilidade cultural do terapeuta e dessa forma, à inserção de discussões que promovam uma maior aproximação entre clínica e sociedade.

Contudo, para além das potencialidades do diálogo entre a *Green FAP*, o conceito de interseccionalidade e o modelo ADDRESSING destacam-se possíveis limitações dessa interlocução. Deve-se considerar inicialmente que essas três propostas são construções internacionais, principalmente norte americanas, que talvez não se relacionem de forma direta com as nossas necessidades nacionais. Apesar da tentativa de inserir o máximo possível de demarcações socioculturais ao modelo ADDRESSING, por exemplo, este pode ainda não abarcar todas as minorias existentes nos processos de relacionamento social brasileiro. Além disso, existe o desafio de tentar unir questões teórico epistemológicas com proposições aplicadas (ainda mais porque essas propostas não propõem repertórios objetivos mais práticos de avaliação e intervenção).

Ainda assim, considerando a escassez dessas discussões que envolvem a interação entre a Psicologia Clínica e a Psicologia Social (muitas vezes sendo colocadas, inclusive, em posições opostas e distantes), este trabalho pode contribuir de algum modo para despertar e estimular a necessidade de

ratificação de um entedimento mais global sobre o funcionamento dos seres humanos, inseridos em seus contextos e em interação. Espera-se como resultado deste estudo o desdobramento dessa temática, com a ampliação dos seus componentes, no sentido de um melhoramento da clínica comportamental que a leve cada vez mais perto dos seus fundamentos teórico-filosóficos que tendem a valorizar as individualidades das pessoas nas suas práticas decorrentes.

Referências

- Aguiar, P. J. (1988). Escravidão, racismo e preconceito. *Revista educação em questão*, 2, 92-101. <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/11532>
- Almeida, A. M. B. D., França, L. D. C., & Melo, A. K. D. S. (2021). Diversidade humana e interseccionalidade: problematização na formação de profissionais da saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25, 1-12. <https://doi.org/10.1590/interface.200551>
- Alves, A. S. M. (2018). *A construção imagética da região Nordeste*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação no Semiárido), Universidade Federal de Alagoas. <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3653>
- Amaral, T. L., & Lins, A. M. G. (2021). Recife, metrópole amarga do Regionalismo: misoginia, sexismo e relações de gênero da obra de Mauro Mota (1940-1980). *Tempo e Argumento*, 13, 1-24. <http://doi.org/10.5965/2175180313332021e0209>
- Angelo, M. H. (2016). Indústria cultural e globalização: o discurso local. *Revista científica da FAMINAS*, 2, 85-96. <https://www.faminasbh.edu.br/upload/downloads/200910151723222694.pdf>
- Araújo, E. M. de, Xavier, K. A. da S., Souza, L. B. de, & Vichi, C. (2022). Racismo Internalizado: Uma Perspectiva Analítico-Comportamental. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 342-353. <https://doi.org/10.18761/DH000166.set21>
- Bittencourt, H. B., Rodrigues, C. C., dos Santos, G. L., da Silva, J. B., de Quadros, L. G., Mallmann,

- L. S., ... & Fedrizzi, R. I. (2020). Psicoterapia on-line: uma revisão de literatura. *Diaphora*, 9, 41-46. <https://doi.org/10.29327/217869.9.2-6>
- Borges, T. W., Peirano, C., & Moro, M. R. (2018). A clínica transcultural: cuidando da parentalidade no exílio. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35, 149-158. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000200004>
- Borges, Y. E. C., & Noleto, R. S. (2022). Os estudos de gênero, raça, sexualidade e capacitismo: uma reflexão sobre os temas que atravessam a minha história. Em XXXI Congresso da ANPPOM, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. <https://anppom-congressos.org.br/index.php/31anppom/31CongrAnppom/paper/viewFile/928/534>
- Cardoso, S. M. V., & Muzzeti, L. R. (2007). As dimensões da diversidade cultural brasileira. *Revista ibero-americana de estudos em educação*, 2, 1-11. <https://doi.org/10.21723/riaee.v2i1.451>
- Cavalcanti, C. (2011). País e região: desigualdades e preconceitos regionais no Brasil. *Cadernos de estudos sociais*, 9, 25-40. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1126>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dantas, S. (2016). Migração, prevenção em saúde mental e rede digital. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 24, 143-157. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004610>
- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, 9, 381-387. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200021>
- Engelmann, A. M. S., & Kuch, I. E. (2022). Práticas culturais heteronormativas e suas repercussões na clínica analítico-comportamental: um relato de caso. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 157-169. <https://doi.org/10.18761/DH007.jul21>
- Fazzano, L. H., Toledo, B. F., & Gallo, A. E. (2022). Uma interpretação comportamental sobre a LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 183-196. <https://doi.org/10.18761.DH10410.ago21>
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia analítica funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: teoria e prática*, 16, 18-29. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v16n3p18-29>
- Galhardo, S. (2007). Os conterrâneos nordestinos na metrópole de São Paulo: seus. *Extraprensa*, 14, 1-16. <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/SoledadGalhardo.pdf>
- Gouveia, E. A., Silva, R. D. O., & Pessoa, B. H. S. (2020). Competência cultural: uma resposta necessária para superar as barreiras de acesso à saúde para populações minorizadas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43, 82-90. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190066>
- Hays, D. G., Dean, J. K., & Chang, C. Y. (2007). Addressing privilege and oppression in counselor training and practice: A qualitative analysis. *Journal of Counseling & Development*, 85, 317-324. Doi: <http://doi.org/10.1002/j.1556-6678.2007.tb00480.x>
- Hays, P. A. (1996). *Addressing the Complexities of Culture and Gender in Counseling*. *Journal of Counseling & Development*, 74, 332-338. <http://doi.org/10.1002/j.1556-6676.1996.tb01876.x>
- Hays, P. A. (2008). *Addressing cultural complexities in practice: Assessment, diagnosis, and therapy* (2 ed.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26, 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Hoepfner, S. G. (2018). Sotaque: a voz da identidade. *Revista Enunciação*, 3, 136-150.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogá.
- Knobloch, F. (2015). Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. *Psicologia USP*, 26, 169-174. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140015>
- Kuratani, S. M. A., Cerqueira, L. M. S., Pereira, L. K. S., Silva, R. S. M., & Mendes, A. C. A. (2022). A ética amorosa de bell hooks e a FAP: Interloquções entre feminismo negro e clínica comportamental. *Perspectivas em Análise*

- do Comportamento*, 13, 321-341. <https://doi.org/10.18761/VEEM.019.nov21>
- Kuratani, S. M. de A., Cerqueira, L. M. S. de, Pereira, L. K. dos S., Silva, R. S. M. da, & Mendes, A. C. A. (2022). A ética amorosa de bell hooks e a FAP: Interloquções entre feminismo negro e clínica comportamental. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 321-341. <https://doi.org/10.18761/VEEM.019.nov21>
- Kyrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista estudos feministas*, 28, 1-12. <http://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: perspectivas e desafios. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 25-40. <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Lechner, E. (2007). Imigração e saúde mental. *Migrações*, 1, 79-101. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33297/1/Imigração%20e%20saúde%20mental.pdf>
- Liebl, J. (2008). Representações de língua em professores brasileiros migrantes: uma questão de identidade. *Língua, Literatura e Ensino*, 3, 253-259. <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/le/article/view/121>
- Lima, J. A. (2011). Diversidade cultural: o caso brasileiro. *Ponta de lança: revista eletrônica de história, memória & cultura*, 4, 67-82. <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3243>
- Lopes, A. R., & Silva, L. G. S. (2019). Neoliberalismo, identidade e preconceito: discursos sobre o Nordeste nas eleições de 2018. Em: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém-PA, p. 1-15. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1291-1.pdf>
- Loureiro, C. (2011). Treino de competências sociais - uma estratégia em saúde mental: conceptualização e modelos teóricos. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 6, 7-14. https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cgdAtZkrfEsJ:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2880097/mod_folder/content/0/Treino%20de%20compet%25C3%25AAncias%20sociais-uma%20estrat%25C3%25A9gia%2520em%2520sa%25C3%25BAde%2520mental%2520conceptualiza%25C3%25A7%-25C3%25A3o%2520e%2520modelos%2520te%25C3%25B3ricos.pdf%3Fforcedownload%3D1&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- Machado Neto, J. B., & Araujo, J. B. (2020). Por uma psicologia anticapacitista: perspectivas da psicologia direcionadas a pessoas com deficiência. *Cientific@-Multidisciplinary Journal*, 7, 1-18.
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21, 151-162. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5ybFYzvWhw9K6TXFHY9QVpD/?format=pdf&lang=pt>
- Mendes, P. V. G. (2021). *A racialização dos nordestinos em São Paulo: representações na imprensa da década de 1950 e relatos de migrantes idosos* [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/235994>
- Mizael, T. M., Dahás, L., & Zamignani, D. R. (2022). Análise do comportamento e direitos das populações socialmente vulneráveis: em direção a uma prática culturalmente sensível. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 1-6. <https://doi.org/10.18761/VEEMed45614>
- Moleiro, C., & Gonçalves, M. (2010). Saúde na diversidade: Desenvolvimento de serviços de saúde mental sensíveis à cultura. *Análise Psicológica*, 28, 505-515. <https://doi.org/10.14417/ap.353>
- Monteiro Neto, A. (2014). Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. *Boletim regional, urbano e ambiental IPEA*, 9, 67-81. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5582/1/BRU_n09_desigualdades.pdf
- Navarro, M. L. A., & Ramírez, M. C. O. (2008). Diez referencias destacadas acerca de la inmigración: abordaje desde la Psicología Clínica y de la Salud. *Anuario de psicología clínica y de la salud*, 4, 33-44. <https://www.semanticscholar.org/paper/Diez-referencias-destacadas-acerca-de-la-abordaje-y-Navarro-Ram%3%ADrez/3e914b6824b0df0105e84cc0f6a4d5dc1c3181df>

- Nery, M. D. P., & Costa, L. F. (2008). A pesquisa em psicologia clínica: do indivíduo ao grupo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25, 241-250. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/R3LhYDFnhZSwSfxCKyRWdWp/?format=pdf&lang=pt>
- Orlandi, P. H. A., & Reis, T. de S. (2022). Racismo religioso na escola: projeto de delineamento cultural para seu enfrentamento. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 233-246. <https://doi.org/10.18761/DH0012.jul21>
- Pacífico, A. P., & Gaudêncio, M. R. B. (2014). A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. *REMHU: Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, 22, 133-148.
- Padilha, F. M. G., Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2022). Relação entre cultura e religião na emissão de comportamentos LGBTfóbicos por psicólogas(os) clínicas(os). *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 129-141. <https://doi.org/10.18761/DH00010.jul21>
- Paixão Junior, F. D. (2022). Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 304-320. <https://doi.org/10.18761/DH000176.dez21>
- Peron, F., Olandoski, G. P., Nascimento, M. R. D., Meurer, P. H., Angst, R., Freitas, S. T., & da Silveira, J. M. (2010). Resenha: O que foi selecionado da FAP (Psicoterapia Analítica Funcional) durante vinte anos de prática. *Interação em Psicologia*, 14, 275-277. <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/17943/13930>
- Pussetti, C. (2010). Identidades em crise: imigrantes, emoções e saúde mental em Portugal. *Saúde e Sociedade*, 19, 94-113. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000100008>
- Ramos, L. D. M., Lira, Z. S. D., & Roazzi, A. (2015). Sotaque e telejornalismo: representações de comunicadores de mídia nordestinos. *Revista CEFAC*, 17, 1987-1999.
- Rios, F., Perez, O., & Ricoldi, A. (2018). Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, 22, 36-51. <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46648>
- Rodrigues, C. (2013). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário internacional fazendo gênero*, 10, 1-12. http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIVO_cristiano-rodriguesFG2013.pdf
- Rodrigues, C. G., & Tavares, M. A. (2016). Psicoterapia online: demanda crescente e sugestões para regulamentação. *Psicologia em estudo*, 21, 735-744. <https://doi.org/10.4025/psicoles-tud.v21i4.29658>
- Rosaneli, C. F., Brotto, A. M., Pieri, L. G., & Fischer, M. L. (2021). E o mar virou sertão? As vulnerabilidades da seca nas metrópoles. *Desenvolvimento regional em debate*, 11, 250-274.
- Santos-Fuser, L. N. (2020). Bacurau: uma metáfora dos territórios brasileiros racializados. *Cinema & território: revista internacional de arte e antropologia das imagens*, 5, 167-181.
- Silva, C. J. (2021). O vídeo sudestino, do porta dos fundos, e a crítica ao preconceito linguístico: “ele falava desse mesmo jeitinho que tu”. Em: D. F. L. Alexandrino, B. B. Rocha, R. F. Ivanicska. Educação brasileira: inovações, perspectivas e experiências (pp. 46-60). Itapiranga: Schreiben. https://www.editoraschreiben.com/_files/ugd/e7cd6e_ee6affdb85934df1a951be48c94b6ef3.pdf
- Silva, T. de S., Flandoli, B. R. G. X., & Mizael, T. M. (2022). Questões raciais na análise do comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 371-385. <https://doi.org/10.18761/VEEM.0077.out21>
- Siqueira, H. R. de M., & Siqueira, V. R. de. (2022). Estratégias da análise do comportamento para diminuição de atos agressivos contra transexuais no ambiente escolar. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 142-156. <https://doi.org/10.18761/VEEM.0079.out21>
- Skinner, B. F. (1953/2003). *Ciência e comportamento humano*. Martins Fontes.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Souza, G. M. D. (2018). Noções de fronteira na teoria e práxis do regionalismo: uma visão crítica. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 18, 245-261 <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.3.31575>

- Souza, J. S., Marques, J. M., Scanavino, M. de T., Zamignani, D. R., & Costa, A. B. (2022). Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 69-85. <https://doi.org/10.18761/DH027.mart22>
- Souza, L. E. C., Camino, L., Lima, T. J. S., & Fontenele, A. B. G. (2017). O papel do sotaque nas relações intergrupais: apresentação de uma área de pesquisa. *Psicologia e Saber Social*, 6, 243-258.
- Souza, M. E. V. (2022). O nordeste é minha seta. *Revista acadêmica lampiar*, 1, 110-114. <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/LAMP/article/view/4000/3129>
- Souza, V. A. (2010). A discriminação na sociedade brasileira globalizada. *Revista espaço livre*, 5, 59-65.
- Tsai, M., Kohlenberg, R. J., Bolling, M. Y., & Terry, C. (2009). Values in therapy and Green FAP. Em: M. Tsai, R. J. Kohlenberg, J.; W. Kanter, B. Kohlenberg, W. C. Follette, & G. M. Callaghan. *A Guide to Functional Analytic Psychotherapy: Awareness, Courage, Love, and Behaviorism* (pp. 1-14). Boston, MA: Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-387-09787-9_9
- Valério, A., Castro, D. P. de, & Florêncio, T. (2022). Reflexões sobre masculinidades: possibilidades de interpretação a partir de uma visão analítico-comportamental. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 41-53. <https://doi.org/10.18761/VEEM.13796>
- Vieira, P. A. (2010). A inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. *Economia e Sociedade*, 19, 499-527.
- Watrín, J. P., & Canaan, S. (2015). Valores do terapeuta na clínica analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31, 519-527. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015042370519527>
- Watrín, J. P., & Canaan, S. (2015). Valores do terapeuta na clínica analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31, 519-527. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015042370519527>
- Wolfrum, R. (2003). Discriminação, xenofobia e racismo. Em: J. Symonides, Direitos Humanos: novas dimensões e desafios (pp. 237-256). Brasília: UNESCO Brasil. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116166_por
- Yakushko, O., Davidson, M. M., & Williams, E. N. (2009). Identity salience model: A paradigm for integrating multiple identities in clinical practice. *Psychotherapy: theory, research, practice, training*, 46, 180-192. <https://doi.org/10.1037/a0016080>
- Zin, G. de O., Gama, V. D., & Reis, M. de J. D. dos. (2022). Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. *Perspectivas em análise do comportamento*, 13, 7-24. <https://doi.org/10.18761.DH000167.set21>

Histórico do Artigo

Recebido em: 23/08/2022

Aceito em: 11/11/2022

Editor Associado: Alessandra Turini Bolsoni-Silva